

A união estável entre ambos, marcada pela convivência pública, notória, contínua, ininterrupta e com o objetivo de constituir família, durou aproximadamente XX (XXXXX) anos, até a data em que ocorreu o falecimento do companheiro **Fulano de tal**.

O *de cujus*, faleceu no dia XX de XXXX de XXXX, conforme certidão de óbito, em anexo, em decorrência de, ***verbis***:

“CAUSA DA MORTE: Septicemia; pneumonia; micose fungoide”.

DOS FILHOS

Da união estável havida entre a 1a. Requerente e o *de cujus*, nasceram os filhos **Fulano de tal e Fulano de tal, que reconhecem o pedido do presente feito.**

DA UNIÃO ESTÁVEL

Durante os XX (XXXXX) anos de relacionamento, não houve ruptura na convivência entre o casal, não tendo os conviventes nenhum outro relacionamento amoroso.

Da mesma forma, durante todos esses anos, o casal constituiu publicamente uma família, que contou principalmente com a interação dos conviventes com os parentes um do outro. A união ocorreu até a data do falecimento de **Fulano de tal**

DOS BENS e DAS DÍVIDAS

O casal durante a união estável adquiriu os eventuais direitos do imóvel situado na XXXXXXXXXX, adquirido através do esforço financeiro de ambos, avaliado em R\$ XXXXXXXX (XXXXXXX)

Não foram adquiridas dívidas durante a união do casal.

Assim, **ao final deverá ser reconhecido o direito da 1a Requerente a meação sobre os direitos do imóvel supracitado.**

DO DIREITO

A pretensão da requerente encontra amparo na Constituição Federal, no Código de Processo Civil Brasileiro e no Código Civil, entre outros diplomas legais, confira-se:

Constituição Federal:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

CPC:

Art. 19. O interesse do autor pode limitar-se à declaração:

I - da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica;

II - da autenticidade ou da falsidade de documento.

Código Civil:

“Art. 1.723 É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.”

DOS PEDIDOS

ISSO POSTO, requer a Vossa Excelência:

1) Sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;

2) a intervenção do Ministério Público;

4) a procedência dos pedidos, reconhecendo-se a união estável havida entre a 1a requerente e o *de cujus* no período compreendido entre **abril de XXXX até o dia 05 de abril de XXXX, data da ocorrência do óbito, bem como, declarando-se o direito da 1a Requerente a meação sobre os eventuais direitos do imóvel descrito no item “DOS BENS E DAS DÍVIDAS” da presente petição;**

Requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, em especial, pela prova documental e depoimento das testemunhas arroladas.

Atribui-se a causa o valor de R\$ XXXXXXXR\$

Nesses termos, pede deferimento.
XXXXXXX, 14/07/23 18:02:03XX

Fulana de tal

]Requerente

Fulano de tal

Fulano de tal

Fulano de tal

Defensor Público

Fulano de tal

Colaboradora

ROL TESTEMUNHAS:

Fulana de tal, nacionalidade, estado civil , profissão, domiciliada na XXXXXXXXXXXXX, telefone: XXXXXXXX.

**Fulano de tal, nacionalidade, estado civil , profissão, domiciliada na
XXXXXXXXXXXXXXXXXX - XX, telefone: XXXXXXXXXX.**

**Fulana de tal, nacionalidade, estado civil , profissão, domiciliada no
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX telefone: XXXXXXXXX e XXXXXX.**